



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo nº 0319088-9

4ª Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0319088-9

Agravante: Sulamérica Companhia de Seguro Saúde

Agravado: Marcelo Viana Fragoso de Medeiros e Outro

Relator: Des. Tenório dos Santos

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. APLICAÇÃO DE RESOLUÇÃO 211 DA ANS. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO INICIAL. CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. DESNECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

- O magistrado de piso aplicando a Resolução 211 da ANS, sentenciou reconhecendo a procedência parcial do pedido inicial, apenas no tocante ao dever da Sulamérica cobrir despesas relativas a internação hospitalar necessária para realização do procedimento cirúrgico necessário ao autor, apesar da contrária previsão contratual, bem como condenou a operadora ao pagamento de danos morais. Acertada a conclusão do magistrado, que deve ser mantida, cabendo ao autor/segurado arcar com o pagamento dos honorários médicos e demais materiais odontológicos necessários ao procedimento.

- A decisão terminativa recorrida deu provimento parcial ao apelo interposto pelo autor somente para fixar como termo inicial dos juros moratórios a citação, como dispõe o artigo 405 do Código Civil.

- O presente recurso não acrescenta fundamentos que tenham o condão de modificar o entendimento explicitado na decisão terminativa proferida por esta Relatoria.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo nº 0319088-9

- No que tange ao fim de prequestionamento, a matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada, sendo inviável a pretensão de prequestionamento.
- Recurso de Agravo improvido por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso de Agravo nº 0319088-9**, acordam os Desembargadores da 4ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado, por unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO** ao agravo.

Recife, 29/5/11


Des. Tenório dos Santos
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0319088-9

Agravante: Sulamérica Companhia de Seguro Saúde

Agravado: Marcelo Viana Fragoso de Medeiros e Outro

Relator: Des. Tenório dos Santos

RELATÓRIO E VOTO

Sulamérica Companhia de Seguro Saúde manejou o presente recurso de agravo, insurgindo-se contra decisão terminativa da lavra desta Relatoria, que negou provimento ao recurso de Apelação nº 0319088-9 que tinha por escopo reformar a sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 13ª Vara Cível da Comarca da Capital, que julgou procedente em parte a Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Indenização por Danos Morais.

A decisão terminativa agravada negou provimento a apelação interposta pelo agravando e deu provimento parcial ao apelo interposto por Marcelo Viana F. Medeiros e outro, apenas para fixar como termo inicial dos juros moratórios a citação, consoante art. 405, do Código Civil.

A agravante nas razões do presente recurso busca a alteração da decisão, sob os mesmos argumentos aduzidos no recurso de apelação, acrescentando nas razões do agravo legal apenas alegações genéricas de ofensa ao devido processo legal e cerceamento de defesa. Pleiteia, ainda, o agravante a manifestação explícita dos dispositivos abordados no julgamento, para fins de prequestionamento.

Por fim, requer que seja exercido o juízo de retratação ou que o presente recurso seja julgado pelo Órgão Colegiado. Pugnando pelo provimento do recurso com reforma da decisão agravada.

É o relatório, no essencial.

Bem a propósito, a decisão agravada tem a seguinte fundamentação, vejamos:



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo nº 0319088-9

Adoto o relatório do douto julgador de 1º grau, de fl. 201/201v, e acrescento que a sentença vergastada (fls. 201/203) julgou parcialmente procedente o pedido da inicial, determinando a realização, por parte da ré, da cobertura da estrutura hospitalar para a realização do procedimento de *osteotomia alvéolo palatina*, conforme laudo de fls. 36. A ré ainda foi condenada ao pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais), corrigido monetariamente do arbitramento e acrescido de juros da recusa de atendimento, a título de indenização por danos morais, além de custas judiciais e honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Marcelo Viana Fragoso Medeiros apresentou embargos de declaração contra a sentença de fls. 201/203, os quais foram rejeitados (fls. 260v).

Em sua peça de irresignação (fls. 213/242), a **SULAMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE** defende, preliminarmente, a falta de interesse de agir do autor, alegando, em síntese apertada, que o segurado não observou o procedimento necessário para solicitação do procedimento reclamado nos autos, o qual consiste em pedido formal, acompanhado de documento capaz de esclarecer a imprescindibilidade do procedimento, aduzindo inexistência nos autos de documento que comprove a negativa do plano de saúde.

No Mérito, a seguradora apesar de afirmar que foi gerada a recusa pela operadora relativamente ao procedimento requerido, argumenta que não houve pretensão resistida, acrescenta que o procedimento odontológico não estaria incluído na cobertura do plano contratado; que não há irregularidade na conduta da seguradora ou cláusula abusiva no pacto firmado com o autor.

Afirma a operadora que após a autorização do procedimento, o agravado realizou o procedimento as suas expensas para posteriormente cobrar os valores nos autos, o que reputa ser absurdo. Nesse ponto ressalta que o reembolso deveria ser limitado a cobertura da apólice. Explica, ainda, que o magistrado acolheu o pleito do autor, determinando a realização do reembolso integral, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo nº 0319088-9

Por fim, a Sulamérica pede o provimento do apelo, com a reforma integral da sentença e, caso assim não se entenda, o prequestionamento explícito dos dispositivos mencionados para fins de interposição nos tribunais superiores.

Contrarrazoando o recurso da Sulamérica (cf. fls. 262/276), o autor pleiteia o total improvimento do apelo.

O autor Marcelo Viana Fragoso de Medeiros e seu advogado, na ação ordinária de origem, apresentaram recurso de apelação, cujas razões foram apresentadas às fls. 297/339, nas quais esclarecem, inicialmente, a legitimidade do patrono interpor o recurso como terceiro interessado.

Em suas razões, o autor/apelante invoca a aplicação do CDC; argumenta a abusividade da negativa da seguradora em autorizar procedimento cirúrgico de que necessitou o segurado, ressaltando a urgência prescrita pelo médico e a dimensão do dano advindo da conduta da Sulamérica. No tocante ao patrono desta apelante, argumenta sobre a complexidade do trabalho desenvolvido na promoção da causa, pleiteando majoração do valor fixado a título de honorários, acostando jurisprudência em tal sentido.

Por fim, pleiteiam o autor e seu advogado, ora recorrentes, o total provimento do apelo, para majorar o valor fixado a título de honorários advocatícios, bem como o montante fixado a título de danos morais, requerendo, ainda a correção deste pela tabela do encoge e a aplicação de juros de 1% (um por cento), desde o ajuizamento da ação.

É o relato dos autos.

DECIDO.

No tocante a preliminar de falta de interesse de agir argüida pela seguradora, entendo que a tese não merece ser acolhida visto que restou demonstrado cabalmente nos autos a negativa de cobertura de procedimento solicitado pelo auto. Ressalte-se, inclusive, que a peça de apelação da Sulamérica trata da indicada negativa, justificando que o procedimento não foi autorizado por falta de cobertura no plano contratado.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo nº 0319088-9

Nesse sentir, demonstrado restou o interesse de agir do apelado.

Importante dizer que, para Liebman, interesse de agir é a "relação de utilidade entre a afirmada lesão de um direito e o provimento de tutela jurisdicional pedido". Por esse caminho, evidente que o provimento judicial concedido nos autos apresenta utilidade para o autor da presente ação e que há pretensão resistida na relação jurídica ora analisada.

No mérito, acrescento que a sentença vergastada não merece reforma, visto que o magistrado de piso bem ponderou os elementos fáticos, aplicando ao caso a norma jurídica de forma razoável e adequada.

O segurado pleiteou cobertura para procedimento não coberto pelo plano contratado junto a seguradora.

O magistrado de piso aplicando a Resolução 211 da ANS, sentenciou reconhecendo a procedência parcial do pedido inicial, apenas no tocante ao dever da Sulamérica cobrir despesas relativas a internação hospitalar necessária para realização do procedimento cirúrgico necessário ao autor, apesar da contrária previsão contratual, conforme trecho abaixo, bem como condenou a operadora ao pagamento de danos morais. Acertada a conclusão do magistrado, que deve ser mantida, cabendo ao autor/segurado arcar com o pagamento dos honorários médicos e demais materiais odontológicos necessários ao procedimento.

"Os laudos médicos de fls. 36/37, diante da condição pessoal do autor, apontam a necessidade do procedimento (osteotomia alvéolo palatina) ser realizado em ambiente hospitalar e conduzido por anestesia geral, de sorte que, deve a ré dar cobertura a estrutura hospitalar para a realização de tal procedimento.

Nesse caso, nos termos do inciso II, §3º, do art. 18, da referida resolução, encontram-se, porém, excluídos da referida cobertura os honorários do cirurgião-dentista e os materiais odontológicos utilizados.

Assim, apesar do contrato excluir da cobertura o internação hospitalar para tratamento odontológico (cláusula 5.1. 13), prevalece o entendimento de que existe cobertura para a estrutura hospitalar, ficando contudo a cargo do autor o pagamento com honorários médicos e materiais odontológicos, na forma prevista no art. 18, §3º. II



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo nº 0319088-9

da Resolução n. 211 da ANS, haja vista ser esta a interpretação que melhor se adequa às premissas defendidas pelo CDC (art. 47) e, ainda, a que atende às necessidades da consumidora hipossuficiente."

Com relação ao valor fixado pelos danos morais no patamar de R\$ 3.000,00 (três mil reais), o montante mostra-se dentro dos limites impostos pelo princípio da razoabilidade, atendendo ao sentido pedagógico da reprimenda, a fim de evitar a repetição de tais eventos, ao tempo em que se mostra compatível ao sofrimento amargurado pela vítima, a minguia de elementos específicos que permitam a mensuração da dor experimentada, sendo certo que, na linha da jurisprudência dominante do STJ, a discussão do quantum indenizatório dos danos morais somente poderá ser realizada quando atentar contra os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, acarretando fixação excessiva ou irrisória, o que não ocorre na espécie:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MAMOPLASTIA REDUTORA. ERRO MÉDICO. MAJORAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A discussão do quantum indenizatório dos danos morais somente poderá ser realizada quando atentar contra os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, acarretando fixação excessiva ou irrisória, o que não ocorre na espécie.

2. O arbitramento foi proporcional ao dano sofrido, falha em procedimento de mamoplastia redutora, o que atrai a aplicação da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1344298/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 29/11/2012).

No tocante ao pedido de majoração dos honorários advocatícios, formulado pelo advogado do autor, o valor fixado mostra-se dentro dos limites impostos pelo princípio da proporcionalidade, correspondente ao cumprimento dos requisitos insertos no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo nº 0319088-9

Nesse capítulo, a jurisprudência dominante do STJ entende que a discussão relativa ao quantum arbitrado a título de danos morais, somente merece ser realizada quando a fixação demonstrar-se excessiva ou irrisória, o que não ocorre no presente feito, devendo a sentença ser mantida também nesse ponto. Nesse sentido os precedentes a seguir:

PROCESSO CIVIL. **HONORÁRIOS** ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA N.º 07 DO STJ. INAPLICABILIDADE APENAS QUANDO O VALOR É CONSIDERADO IRRISÓRIO OU EXCESSIVO.

1. Salvo as hipóteses excepcionais de valor excessivo ou irrisório, não se conhece de recurso especial cujo objetivo é rediscutir o montante da verba honorária fixada pelas instâncias de origem, a teor do enunciado n. 7, da Súmula do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

2. In casu, a verba honorária o foi estabelecida no valor fixo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) correspondente a 5% sobre o valor da causa. Sendo assim, além de os **honorários** não terem sido fixados em patamar exorbitante ou irrisório, não foram abstraídos pela Corte de Origem os aspectos fáticos necessários para uma nova apreciação da verba honorária. Desse modo, não cabe a revisão em sede de recurso especial.

3. Recurso especial não conhecido.

(Resp 1400390 / PR, Superior Tribunal de Justiça, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, Julgado em 05/11/2013, Publicado no DJe 12/11/2013).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. **HONORÁRIOS** ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO. SUSPENSÃO.

1. A verba honorária poderá ser excepcionalmente revista quando for fixada em patamar exagerado ou irrisório, pois a apreciação da efetiva observância, pelo acórdão recorrido, dos critérios legais previstos pelo art. 20 do CPC afasta o óbice da Súmula nº 7/STJ.

2. A gratuidade de justiça não impede a condenação em honorários advocatícios, apenas suspende a sua exigibilidade (Lei nº 1.060/50, art. 12).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 911836 / RJ, Superior Tribunal de Justiça, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, Julgado em 12/11/2013, Publicado no DJe 25/11/2013).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo nº 0319088-9

Por fim, em relação a correção monetária e juros moratórios a serem aplicados a indenização, consoante jurisprudência do STJ, a correção monetária, no caso de indenização por danos morais relativamente a responsabilidade civil contratual, deverá incidir a partir do arbitramento e os juros moratórios a partir da citação, consoante precedentes abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL **CONTRATUAL. DANO MORAL. JUROS DE MORA CONTADOS DA CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. FIXAÇÃO DEFINITIVA. DATA DO ARBITRAMENTO. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental em face do nítido caráter infringente das razões recursais. Aplicação dos princípios da fungibilidade e da economia processual.

2. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é de que os juros moratórios são contados da data da respectiva citação nas hipóteses de responsabilidade contratual, como no caso dos autos.

3. Nas indenizações por dano moral, o termo inicial para a incidência da correção monetária é a data da prolação da decisão em que foi arbitrado definitivamente o valor da indenização.

4. Agravo regimental a que se dá parcial provimento, apenas para determinar a incidência da correção monetária a partir da data do arbitramento.

(EDcl no REsp 1062990 / PR, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Julgado em 27/08/2013, Publicado em DJe 20/09/2013).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. RECUSA DE COBERTURA PELA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. ATENDIMENTO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA. **DANO MORAL. JUROS MORATÓRIOS. ILÍCITO CONTRATUAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO.**

1. Consoante entendimento pacificado nesta Corte, o termo inicial dos **juros** moratórios é a data da citação, por se tratar de responsabilidade **contratual**, tendo em vista a recusa da operadora de plano de saúde, ora agravante, em proceder a atendimento médico de urgência.

2. Agravo regimental provido.

(AgRg no REsp 1348146 / DF, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Julgado em 08/10/2013, Publicado em DJe 29/11/2013)



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo nº 0319088-9

Utilizando os mesmos argumentos do seu recurso de apelação, pretende a agravante que usando da faculdade de retratação, esta Relatoria reforme a decisão hostilizada.

Acontece que o presente recurso não acrescenta fundamentos que tenham o condão de modificar o entendimento explicitado na decisão terminativa proferida por esta Relatoria.

No que tange ao fim de prequestionamento, erigido a requisito de admissibilidade dos recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, ressalto que é necessário apenas que a matéria versada nos autos tenha sido apreciada e decidida pelo julgador, não havendo qualquer exigência que a decisão agravada disserte ou faça referência expressa a dispositivos legais ou constitucionais invocados pelo recorrente, bastando que o Órgão Julgador tenha exposto de forma clara e coerente, a motivação que o conduziu ao resultado do julgamento.

Nesse diapasão, destaco que quando a matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada é inviável a pretensão de prequestionamento.


Nos autos é possível analisar a observância do devido processo legal, deste modo não há que se falar em julgamento precipitado ou cerceamento de defesa.

Dessa forma, entendo não ser o caso de retratação e, por isso, apresento o feito em mesa de julgamento.

Posto isso, mantendo a decisão guerreada, ora atacada, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente agravo.

É como voto.

Recife.

29/5/14. 
Tenório dos Santos
Desembargador